

Governo decepciona servidores ao manter reajuste zero em 2024



Em nova rodada da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), realizada em 28 de fevereiro, o governo reafirmou que não há percentual de recomposição salarial para 2024. O presidente Miguel Nôvo representou a ANFIP no encontro ocorrido na sede do Departamento Nacional de Infraestrutura em Transportes (Dnit), em Brasília.

Respondendo à contraproposta unificada apresentada pelas entidades de classe, o secretário de Gestão de Pessoas do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, José Lopez Feijóo, representante do governo na MNNP, informou que, para que haja reajuste linear ainda este ano, é necessária a confirmação de aumento na arrecadação.

Os dirigentes frisaram que sem reajuste em 2024 não haverá acordo e as mobilizações serão intensificadas

em todo o Brasil. “Vemos a negociação como um bloco e se não for contemplado reajuste, é difícil assinarmos um acordo. Não abrimos mão de um percentual nesse exercício e vamos trabalhar por isso”, afirmou Rudinei Marques, presidente do Fórum Nacional das Carreiras Típicas do Estado (Fonacate).

Na contraproposta protocolada no MGI em 31 de janeiro, constam dois blocos de recomposição salarial: reajuste de 34,32% dividido em 3 parcelas iguais de 10,34%, em 2024, 2025 e 2026, para os servidores federais que em 2015 firmaram acordos por dois anos (2016 e 2017); e reajuste de 22,71% dividido em 3 parcelas iguais de 7,06%, em 2024, 2025 e 2026, para os servidores que em 2015 fecharam acordos salariais por quatro anos (2016 a 2019).

A oferta atual do governo, rejeitada pela bancada dos servidores, prevê recomposição para 2025 e 2026 de 4,5%

em cada ano e mantém reajuste apenas de auxílios alimentação, saúde suplementar e creche que, segundo os representantes, exclui e prejudica os aposentados.

Questionado sobre a pauta não remuneratória, Feijóo apresentou alguns informes a respeito da Convenção 151, que dispõe sobre direito de sindicalização e relações de trabalho na Administração Pública e está quase concluída, porém sob avaliação do Conselho Jurídico. Também está tratando da liberação sindical com ônus para a União, e do estabelecimento de um programa de combate ao assédio e discriminação no serviço público.

Diversos representantes da ANFIP participaram da mobilização realizada em frente ao prédio em que ocorreu a reunião da Mesa junto a dezenas de servidores e dirigentes sindicais e associativos. Um novo encontro da MNNP deve acontecer no mês de junho.

ANFIP apresenta pautas da carreira à Sufis
PÁGINA 2

Conselheiros se mobilizam em busca de apoio para a PEC Social
PÁGINA 3

Inaugurada plataforma de serviços jurídicos para associados
PÁGINA 4

ANFIP apresenta pautas da carreira à Subsecretaria de Fiscalização

Demandas relacionadas aos trabalhos dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (RFB) e a disseminação do processo de elaboração de declaração do Imposto de Renda 2024 estiveram na pauta da reunião, realizada em 27 de fevereiro, com a subsecretária de Fiscalização, Andrea Costa Chaves. O presidente Miguel Nôvo participou, acompanhado dos vice-presidentes Crésio Pereira de Freitas (Assuntos Fiscais) e Adilson da Silva Bastos (Estudos e Assuntos Tributários), e da assessora da presidência Maria Aparecida Fernandes Paes Leme.

Miguel Nôvo reforçou o interesse de atuação coletiva junto à RFB para auxiliar na divulgação das informações relevantes para os Auditores e para a sociedade em geral e explicou o novo projeto da Entidade que reunirá em um site diversos conteúdos, documentos e links sobre o Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF).

Também integram o cronograma de ações a produção de live na primeira quinzena de abril, com participação de especialista do órgão, e a elaboração de curso sobre malha fiscal. “Muitas vezes surgem dúvidas que para nós são muito simples, mas para a sociedade não são, e quanto mais pudermos ajudar será excelente”, destacou Andrea Chaves.

Acerca da defesa da convocação dos aprovados no último concurso da RFB, conforme cadastro de reserva, a subsecretária



recebeu o pleito da ANFIP, com as devidas justificativas. “Nós vemos necessidade, isso está no radar de todos, mas existe uma limitação de autorização que depende de outros órgãos e isso precisa ser discutido pela cúpula da Receita”, informou.

Foi entregue ainda estudo, elaborado pelos aprovados, sobre a importância da recomposição do quadro de servidores, que será repassado à Subsecretaria de Gestão Corporativa.

Na ocasião, os dirigentes também destacaram a necessidade de pagamento adicional de insalubridade aos Auditores Fiscais que trabalham no aeroporto de Boa Vista (RR) e a disponibilização de linha telefônica móvel institucional, conforme necessidade. Se comprometeram ainda a apoiar a Subsecretaria na defesa da obrigatoriedade de adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico (DTE).

Desafios dos RPPS é tema de reunião no MPS



O presidente Miguel Nôvo, acompanhado do vice-presidente de Assuntos da Seguridade Social, Wanderson Ferreira, e do presidente da Fundação ANFIP, Vanderley José Maçaneiro, participou, em 29 de fevereiro, de reunião na Secretaria de Regime Próprio e Complementar, do Ministério da Previdência Social, para discutir os principais desafios dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

Os dirigentes foram recebidos pelo diretor do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público, Allex Albert Rodrigues, e pelo coordenador-geral de Auditoria e Contencioso, Daniel Belmiro Fontes.

O déficit do quadro de Auditores Fiscais, especialmente em atuação na fiscalização dos RPPS, esteve na pauta. Miguel Nôvo frisou a relevância dos regimes e destacou a necessidade de

convocação dos aprovados no último concurso da RFB, conforme cadastro de reserva. Os dirigentes também colocaram a Entidade à disposição para cooperação técnica em temas de interesse da categoria.

Segundo Daniel Belmiro, são necessários, no mínimo, 20 servidores para recomposição dos quadros funcionais. “O Auditor é o guardião da Previdência Social do servidor efetivo”, frisou o coordenador ao tratar do papel da categoria na sustentabilidade dos regimes.

Os representantes da Secretaria reafirmaram a disposição em continuar atuando em conjunto com a ANFIP para reconhecimento da área, e confirmaram participação em debates que envolvam a defesa da Previdência pública, da Seguridade Social e das competências legais do Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil.

Expediente

LINHA DIRETA é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
Sede: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Envie seus comentários sobre o LINHA DIRETA para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETORA RESPONSÁVEL
Mariuce do Socorro da Silva Soares

Editora
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Ludmila Machado,
Marina Rodrigues e Thayná Cavalcante.

Edição eletrônica
Allan Vitalino e Gilmar Vitalino



www.instagram.com/anfipnacional

www.facebook.com/anfip.nacional

www.twitter.com/anfipnacional

www.youtube.com/anfipoficial

Conselheiros mobilizam parlamentares em busca de apoio para a PEC Social



A ANFIP realizou trabalho, dias 28 e 29 de fevereiro, em busca de assinaturas para a PEC Social, em um esforço concentrado para conseguir as 171 rubricas de parlamentares, necessárias para que a proposta seja apresentada oficialmente e comece a tramitar no Congresso Nacional.

Participaram da mobilização as vice-presidentes Tereza Liduína Santiago Félix (Aposentadorias e Pensões) e Marluce do Socorro da Silva Soares (Comunicação Social), o vice-presidente de Assuntos Parlamentares, Cássio José de Oliveira, e a assessora da Presidência, Maria Aparecida Fernandes Paes Leme.

A Proposta de Emenda Constitucional em questão visa reduzir gradativamente a contribuição previdenciária de servidores aposentados e pensionistas. A PEC foi apresentada pelo deputado Cleber Verde (MDB/MA), com o intuito atualizar

os fundamentos da PEC 555/2006, com o mesmo teor, aprovada em Comissão Especial em 2010, na Câmara dos Deputados.

Os conselheiros estiveram nos gabinetes dos seguintes parlamentares: Duda Salabert (PDT/MG), Eduardo Bismark (PDT/CE), Emidinho Madeira (PL/MG), Igor Timo (Pode/MG), Júnior Ferrari (PA/PSD), Leonardo Monteiro (PT/MG), Luiz Fernando Faria (PSB/MG), Luiz Gastão (PSD/CE), Marcelo Álvaro Antônio (PL/MG), Nely Aquino (Pode/MG), Pedro Campos (PSB/PE) e Rosângela Reis (PL/MG).

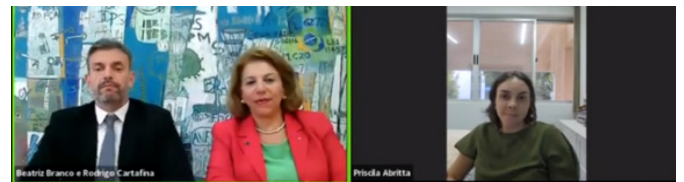
Na ocasião, houve encontro com os deputados Weliton Prado (Solidariedade/MG) e Professora Luciene Cavalcante (PSOL/SP), que demonstraram apoio à referida PEC, uma vez que são medidas que visam aprimorar o sistema previdenciário do país, tornando-o mais justo, sustentável e adaptado às necessidades atuais da sociedade brasileira.

Herdeiros e sucessores são informados sobre como aderir ao acordo da Gifa

Em programa inédito, a ANFIP realizou, em 28 de fevereiro, live para explicar a herdeiros e sucessores de associados(as) falecidos(as) o procedimento para aderir ao acordo da Gratificação de Incremento à Fiscalização e Arrecadação (Gifa). Participaram da transmissão a vice-presidente de Assuntos Jurídicos, Maria Beatriz Fernandes Branco, e os advogados Rodrigo Cartafina (ANFIP) e Priscila Abritta (Mota & Advogados Associados).

Os procedimentos para que os herdeiros possam aderir ao acordo firmado entre a ANFIP e a Advocacia Geral da União (AGU) começam com a habilitação no processo. Assim que todos os herdeiros se manifestarem, a ANFIP peticiona as habilitações para manifestação da AGU. Em havendo concordância, o juiz, em seguida, também deve homologar as habilitações.

Feito isso, os herdeiros podem aderir ao acordo, caso aceitem os parâmetros apresentados pela AGU. Nesta etapa, para que o processo tramite dentro desta janela de oportunidade, é imprescindível que todos os herdeiros assinem a proposta. Segundo Abritta, o acordo engloba o crédito total do servidor falecido. “O acordo não pode ser parcial. Por isso, todos têm de concordar com a proposta. Ele vai ter o nome e o CPF de cada um dos herdeiros do falecido e tem que ser assinado por todos. Se um não aceitar, infelizmente os outros herdeiros não vão poder fazer o acordo e o processo continua a tramitar fora dessa janela”, explicou a advogada. Assim que assinado individualmente, o termo segue para homologação do juiz. Lembrando que a proposta da AGU prevê um deságio de 20%



sobre o valor bruto de cada cálculo, que é individualizado, feito diretamente pela Procuradoria.

Como as etapas do processo demandam essa sequência de ações, a inscrição em precatório deve ser feita até 2 de abril de 2025, com pagamento em 2026. Lembrando que a data é uma determinação legal para que a Justiça apresente os precatórios a serem incluídos no orçamento público do ano seguinte.

Plataforma – Para facilitar o trâmite dos documentos, a ANFIP lançará uma plataforma na internet, onde os herdeiros poderão acessar o termo de acordo, onde já constará a lista de sucessores, o valor bruto e o deságio. Os herdeiros devem assinar o documento e anexar digitalizado em PDF na plataforma, juntamente com CPF, RG e comprovante de depósito. Quem não estiver habilitado, não terá termo de acordo no sistema. Assim que o site estiver disponível, a ANFIP detalhará seu funcionamento.

Os herdeiros que ainda não se manifestaram podem entrar em contato, preferencialmente, pelo juridico@anfip.org.br para obter detalhes do acordo e de como se habilitar no processo. O atendimento também poderá ser feito pelo WhatsApp (61)3251-8100. Para saber todos os detalhes abordados na live, clique [aqui](#) e confira.

ANFIP apoia nomeação de aprovados no último concurso para Auditor Fiscal da RFB



O presidente da ANFIP, Miguel Nôvo, e o vice-presidente de Assuntos Fiscais, Crésio Pereira de Freitas, receberam Juliana Santos Bezerra e Lucas Trevisan Bortolazzo, em 27 de fevereiro, representando a Comissão de Aprovados no último concurso público para Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil (RFB), realizado em 2023. A assessora da Presidência,

Maria Aparecida Fernandes Paes Leme, também prestigiou a visita, na sede da Entidade, em Brasília.

A Associação continua apoiando a convocação dos cerca de 200 candidatos que constam no Cadastro Reserva do certame, considerando a latente necessidade de recomposição no quadro da carreira e os consequentes benefícios para a sociedade brasileira.

Também, a nomeação de cidadãos comprometidos e capacitados fortalece a administração tributária e contribui para a meta de déficit fiscal zero discutida pelo governo para este ano, ao contribuir para o aumento da capacidade de fiscalização e arrecadação federal e, assim, promover maior equilíbrio nas contas públicas.

Saiba mais, [aqui](#), sobre a atuação da ANFIP na causa.

Inaugurada plataforma de serviços jurídicos para associados e seus familiares

A ANFIP inicia o ano de 2024 com o pé direito e o lançamento de mais um benefício exclusivo: uma plataforma inédita de serviços advocatícios com desconto para associados e seus familiares!

O projeto faz parte do plano de modernização e aperfeiçoamento pensado pela atual gestão para os próximos dois anos, com o objetivo de proporcionar as melhores oportunidades e promover maior integração com o corpo associativo em todo o Brasil.

Como funciona - A Entidade quer oferecer apoio aos associados, especialmente nos momentos desafiadores da vida. Para isso, firmou parceria com o escritório Farag, Ferreira & Vieira Advogadas e Advogados, que será responsável pelo atendimento do convênio nas áreas Cível, Familiar, Penal, Tributária, Previdenciária e outras.

E o melhor: a prestação de serviços advocatícios terá redução dos honorários, sendo cobrado apenas 50% dos valores fixados pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do estado do filiado. O benefício estende-se a seus pais, filhos e netos.

Todo o processo é feito por meio da plataforma, de forma simples e prática. Acesse [aqui](#) e confira!



Sobre o escritório - O Farag, Ferreira e Vieira Advogadas e Advogados tem atuação nacional e conta com sedes físicas em Brasília, Cuiabá, Rio de Janeiro, São Paulo e Santarém. É possível entrar em contato de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h, pelo telefone (61) 3380-1567 ou pelo WhatsApp (61) 99926-9216 (necessário se identificar como associado da ANFIP).

Entidades elaboram anteprojeto único de Lei Orgânica das Administrações Tributárias

O Pacto de Brasília, colegiado integrado pelas entidades de servidores das carreiras da administração tributária da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, está finalizando a primeira fase da elaboração de um único Projeto de Lei Orgânica das Administrações Tributárias (LOAT). O texto regulamenta dispositivos da Emenda Constitucional nº 132/23, que altera o Sistema Tributário Nacional.

O grupo trabalha a fim de que a LOAT garanta uma estrutura organizacional mínima que possibilite seu efetivo

funcionamento em todo o território nacional; que concretize o modelo de Estado Social e Democrático de Direito; e que as regras gerais definidas no texto permitam aos entes federados a edição de leis próprias.

Em nota, o Pacto de Brasília defende que “a regulamentação da Emenda Constitucional nº 132/23 viabilize ao Sistema Tributário Nacional uma legislação justa, eficiente e que respeite a estabilidade das instituições tributárias e a autonomia dos entes subnacionais”.

Para a ANFIP, o trabalho conjunto trará

benefícios para toda sociedade brasileira, permitindo uma gestão transparente dos tributos no país e que as políticas públicas implementadas satisfaçam as necessidades sociais. Confira [aqui](#) a nota na íntegra.



Conselhos da ANFIP promovem reunião conjunta

Os Conselhos Executivo e de Representantes realizaram reunião conjunta, em 28 de fevereiro, em Brasília, presencialmente, e com transmissão virtual. O encontro contou com a participação dos dirigentes das Representações Estaduais de todo o país para discutir estratégias e ações voltadas para o fortalecimento da atuação da ANFIP em defesa dos interesses da categoria.

Dentre os temas abordados, foram analisadas resoluções

conjuntas e de cunho administrativo e financeiro; bem como a indicação dos novos integrantes das seguintes Comissões: Comitê Gestor, Alteração Estatutária e ANFIP do Futuro.

A reunião foi conduzida pelo coordenador do CR, Carlos José de Castro, e pelo presidente do CE, Miguel Nôvo. A coordenadora do Conselho Fiscal, Jamile Jabra Malke, também participou do encontro.



Executivo - O Conselho Executivo também reuniu seus integrantes, de 27 a 29 de fevereiro, para análise e deliberação de pauta ordinária da Associação. Os trabalhos foram coordenados pelo presidente Miguel Nôvo.

Na pauta, a avaliação de propostas de atividades a serem

desenvolvidas ainda no primeiro semestre do ano; apreciação das demonstrações financeiras; atuação parlamentar; revisão de contratos e participações em entidades e colegiados; Comissão de Obras; assuntos jurídicos; PEC 555/2006; plano de saúde; XVIII Encontro Nacional; dentre outros.

ACÇÃO FISCAL

Receita Federal combate extração ilegal de ouro e lavagem de capitais

A Receita Federal deflagrou, em 28 de fevereiro, a Operação Pirâmide de Ouro, em ação conjunta com a Polícia Federal, com o objetivo de combater organização criminosa responsável pela extração ilegal de ouro mediante o cometimento de crimes ambientais e lavagem de capitais.

O trabalho investigativo iniciou após a apreensão realizada pela Receita Federal, em 01/09/2022, no Aeroporto Internacional de Belém/PA, de 15 barras de ouro (cerca de 7,5 kg), sem qualquer documentação que comprovasse a regular extração e comercialização do minério.

O decorrer das investigações demonstrou a existência de uma organização que atuaria sob o comando de uma família radicada no estado do Paraná, que praticava a extração irregular e comercialização de minério de ouro nos estados de Rondônia e Amazonas. Essas operações seriam “esquentadas” por meio de Permissões de Lavra Garimpeira (PLG) não utilizadas, ou subutilizadas, de duas cooperativas localizadas no estado do Pará e por camadas de empresas noteiras localizadas em Curitiba/PR.

A Receita Federal rastreou, entre os anos de 2019 e 2023, operações comerciais que apontam a venda de

aproximadamente uma tonelada de minério de ouro sem origem lícita, sendo quase a totalidade destinada para exportação, a qual era realizada por uma empresa de Goiânia/GO.

O grupo econômico investigado praticou ainda atos de lavagem de capitais por meio da utilização de empresas de fachada, pagamento por meio de interpostas pessoas, além de transações financeiras de altos valores, principalmente de forma fracionada, para burlar limites regulamentares ou operacionais.

Foram cumpridos 3 mandados de prisão preventiva, 13 mandados de busca e apreensão, nos municípios de Curitiba/PA, Porto Velho/RO, Manaus/AM e Itaituba/PA, além do sequestro de bens e valores que somam em torno de R\$ 2 bilhões, a suspensão das atividades comerciais de seis empresas investigadas e a suspensão das atividades de duas PLG pertencentes a cooperativas de ouro localizadas no estado do Pará.

Os investigados poderão responder pelos crimes de organização criminosa, lavagem de capitais, usurpação de bens da União, falsidade ideológica e uso de documento falso.

Fonte: Receita Federal

FALE COM A ANFIP

GERAL

(61) 3251-8100 (ligação e whatsapp)
0800 701 6167 (somente telefones fixos ou públicos)
E-mail: ouvidoria@anfip.org.br

APOSENTADORIAS E PENSÕES

3004-1200 (custo de ligação local)
E-mail: aposentadoriaspensoes@anfip.org.br

CADASTRO

E-mail: cadastro@anfip.org.br

COMUNICAÇÃO SOCIAL

E-mail: comunicacao@anfip.org.br

JURÍDICO

3004-9197 (custo de ligação local - atendimento das 14h às 18h)
(61) 3251-8121 / 8123 / 8126
E-mail: juridico@anfip.org.br

PRESIDÊNCIA

E-mail: presidencia@anfip.org.br

SECRETARIA

E-mail: secretaria@anfip.org.br

SERVIÇOS ASSISTENCIAIS

3004-9196 (custo de ligação local)
E-mail: assistenciais@anfip.org.br
MarktClub: 0800 932 0000 – Ramal: 4199
Benevix (Concierge): (27) 99663-6339
concierge@benevix.com.br
Benevix/Unimed: 0800 606 7272
Geap: 0800 728 8300

